

Sete pecados, sete virtudes: um exame equilibrado de críticas e refutações na psicologia social

Seven sins, seven virtues: a balanced examination of critiques and rebuttals in social psychology

Thiago Perez Bernardes de Moraes ¹

Resumo: Este artigo examina um arcabouço de sete críticas e refutações em relação à Psicologia Social, abordando temas, como: reducionismo metodológico, falta de contextualização cultural, viés de laboratório, política e parcialidade, ética na pesquisa, interdisciplinaridade limitada e visão reducionista. Por meio de uma análise dialética, o artigo revela uma complexa interação entre críticas e defesas, destacando a dinâmica e a resiliência da disciplina. A análise se ancora no exame de artigos e outros documentos com respaldo científico, considerando o campo da psicologia social. As críticas são vistas como oportunidades para crescimento e reflexão, enquanto as defesas demonstram a capacidade da Psicologia Social de se adaptar e evoluir. O artigo conclui celebrando a complexidade, a crítica e a capacidade de mudança na Psicologia Social.

Palavras-chave: Psicologia Social; Reduccionismo metodológico; Contextualização cultural.

¹ Doutorado e Pós-doutorado em Psicologia Social pela Universidad Argentina John Fitzgerald Kennedy (UK/Argentina). Pós-doutorado em Direito Constitucional pelo Dipartimento di Giurisprudenza - Università degli Studi di Messina (UNIME/Itália). Especialização em Comportamento Social e Saúde e em Transtornos Globais do Desenvolvimento e Comunicação Alternativa pela Universidade Candido Mendes (UCAM) e em Doenças Globais pelo Imperial College London. Bacharel em Ciência Política. Professor na Gran Faculdade e no Centro Universitário Campos de Andrade (UNIANDRADE). Professor visitante e diretor da linha de pesquisa Psicologia social y socialización jurídica: cognición política, atención pública y actitudes en América Latina junto ao programa de pós-graduação stricto sensu da Facultad de Ciencias Psicológicas - Universidad Argentina John Fitzgerald Kennedy. Pesquisador do grupo de pesquisa Elites Políticas, Comunicação e Políticas Públicas. Editor-Chefe da RIBPSI Revista Iberoamericana de Psicología. Membro da World Economics Association (WEA), da Associação Brasileira de Pesquisadores Eleitorais (ABRAPEL) e do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito (CONPEDI). Titular da Academia Luso-Brasileira de Letras do Rio Grande do Sul.

Abstract: This article explores seven sets of criticisms and refutations in Social Psychology, addressing themes such as methodological reductionism, lack of cultural contextualization, laboratory bias, politics and partiality, research ethics, limited interdisciplinarity, and reductionist view. Through a dialectical analysis, the article unveils a complex interplay between criticisms and defenses, highlighting the dynamism and resilience of the discipline. The analysis is based on the examination of articles and other documents with scientific support considering the field of social psychology. Criticisms are seen as opportunities for growth and reflection, while defenses demonstrate Social Psychology's ability to adapt and evolve. The article concludes by celebrating the complexity, criticism, and capacity for change in Social Psychology.

Keywords: Social psychology; Methodological reductionism; Cultural contextualization.

Introdução

A Psicologia Social, como área de pesquisa sofisticada e multifacetada, ocupa um lugar único na intersecção entre pessoas e sociedade, explorando a influência mútua dos contextos sociais sobre o comportamento humano (ALLPORT, 1954). Essa disciplina rica, que apresenta profundidade em seu conteúdo e amplitude, constitui um microcosmo de complexidade, mas também um campo produtivo para discussões e debates que permeiam tanto sua metodologia quanto sua epistemologia (BILLIG, 1985).

Nesse escopo, a crítica ao reducionismo metodológico, por exemplo, levanta questões profundas sobre a validade de simplificar fenômenos complexos em variáveis isoladas, uma prática que pode negligenciar a profundidade inerente das interações sociais (DANZIGER, 1997; GERGEN, 1973). Essa crítica ressoa com preocupações mais amplas sobre a falta de contextualização cultural e a dependência de experimentos de laboratório, que têm sido objeto de escrutínio rigoroso, questionando a aplicabilidade e a validade ecológica da pesquisa em Psicologia Social (ARONSON; WILSON; AKERT, 1998; HENRICH; HEINE; NORENZAYAN, 2010).

Além disso, a ética na pesquisa, a política e a parcialidade, bem como a interdisciplinaridade limitada, são outras áreas que têm sido objeto de debate e discussão intensa e significativa (BAUMRIND, 1964; FARR, 1996; REDDING, 2001). Essas críticas, apesar de desafiadoras, não se apresentam como obstáculos intransponíveis, mas como oportunidades vitais para a reflexão e o crescimento no âmbito disciplinar, fomentando uma abordagem mais crítica, reflexiva e responsiva (NOSEK; SPIES; MOTYL, 2012).

Este artigo, portanto, busca navegar por essas águas turbulentas, apresentando uma revisão crítica e dialética das principais avaliações à Psicologia Social. Por meio de uma análise, o artigo delinea essas críticas, fornecendo uma visão mais profunda e contextualizada, juntamente com contrapontos que defendem a disciplina. Essa análise se ancora em artigos, livros e outros documentos com respaldo científico, contemplando o espectro geral da psicologia social. A intenção é não apenas destacar as limitações percebidas, mas também reconhecer os esforços contínuos e vigorosos dentro da Psicologia Social para abordar e superar esses desafios.

Finalmente, o presente artigo oferece contributo para o domínio acadêmico por meio da prestação de uma avaliação equilibrada e perspicaz dos argumentos a “favor” e “contra” o campo da Psicologia Social. Essa iniciativa tem por objetivo promover uma perspectiva mais polivalente e enriquecida da área, reconhecendo a complexidade, as dificuldades e seu infinito potencial para perceber a condição da humanidade num contexto social (BRONFENBRENNER, 1979; CIALDINI, 2009). A primeira etapa é compreender a crítica como um elemento fundamental e não como uma falha, seguindo-se celebrar a capacidade da Psicologia Social em se ajustar, progredir e persistir na descoberta do *modus operandi* das interações humanas.

Reduccionismo metodológico

O reduccionismo metodológico na Psicologia Social é uma questão que transcende a mera escolha de métodos e abordagens. Ele toca no cerne da disciplina, refletindo uma tensão inerente entre a necessidade de controle,

precisão e clareza na pesquisa, e a complexidade, nuance e multifacetada natureza dos fenômenos sociais.

A abordagem reducionista, que isola variáveis individuais para análise, tem sido uma ferramenta fundamental na pesquisa em Psicologia Social. Essa abordagem, defendida por psicólogos sociais, como Lewin (1951) e Festinger (1957), proporcionou uma sabedoria inestimável e uma moderação experimental rigorosa. Além disso, permitiu o estudo de conexões causais e mecanismos subjacentes, proporcionando uma compreensão lúcida e direcionada de facetas específicas dos fenômenos sociais, como persuasão e dinâmicas de grupo.

No entanto, essa abordagem também tem sido objeto de críticas contundentes. A tendência de levar a uma visão estreita e limitada dos fenômenos sociais tem sido apontada por diversos autores, como Brunswik (1956) e Gergen (1973). Ao abordar esse assunto, os autores enfatizaram a necessidade de considerar que um enfoque na “desconectividade dos fatores” pode resultar em dificuldades ao integrar as complexas nuances das interações humanas. Por exemplo, o estudo de Asch sobre o comportamento por indução (ASCH, 1956) foi recebido com algumas críticas devido à sua aproximação racionalizante, que colocou ênfase na pressão dos seus colegas, ignorando outros fatores sociais e culturais relevantes subjacentes (SEARS, 1986; TURNER, 1991).

A crítica também aborda a questão da aparente falta de validade ecológica. A simplificação descuidada dos fenômenos sociais pode gerar problemas artificiais que não correspondem à multiplicidade e à variabilidade inerentes às interações humanas no mundo real (BRONFENBRENNER, 1979; COOK; CAMPBELL, 1985). A simplificação, quando exorbitante, restringe a margem em que os resultados podem ser generalizados para circunstâncias mais complexas e abrangentes, inibindo a versatilidade das conclusões. Por isso, faz-se necessário que os pesquisadores reconheçam adequadamente as diversas facetas dos fenômenos sociais e empreguem métodos convenientes para contornar a realidade de uma maneira harmônica, objetivando atingir resultados sólidos e realizáveis.

Todavia, é crucial compreender que o reducionismo metodológico não implica necessariamente desequilíbrio. Em algumas circunstâncias, pode ser uma ferramenta útil e necessária para investigar as relações causais e compreender como os mecanismos estão associados a um determinado fenômeno. O desafio consiste em alcançar um equilíbrio, levando em conta o rigor e o controle associados à precisão e aos aspectos multifacetados e sutis dos fenômenos sociais. Essa tensão demanda uma abordagem reflexiva e crítica, onde o reducionismo deve ser manuseado com cuidado e em combinação com métodos mais holísticos e contextualizados (LATOURET; WOOLGAR, 1979; MISHLER, 1979; REICHARDT; COOK, 1979).

A complexa e multifacetada questão da limitação metodológica na Psicologia Social exige uma perspectiva equilibrada e considerada. A crítica dessa abordagem proporciona uma grandiosa chance de reflexão e expansão, promovendo a disseminação de uma visão mais holística e contextualizada na investigação psicossocial. Esse contínuo diálogo necessita ser mantido para que a disciplina prossiga seu desenvolvimento, assegurando que ela ainda esteja pertinente, representativa, rigorosa e alcance sua verdadeira representatividade da complexidade da realidade das interações humanas. É fundamental, assim sendo, que os estudiosos estejam atentos aos percalços do limitado reducionismo metodológico e busquem uma abordagem mais inclusiva e integradora, que considere a complexa e diversa multiplicidade das experiências humanas.

Quadro 1 - Reduccionismo metodológico: crítica e refutação

Aspecto	Crítica ao Reduccionismo Metodológico	Refutação à Crítica
Simplificação	A simplificação de fenômenos sociais pode levar a uma compreensão empobrecida e descontextualizada, perdendo nuances importantes.	A necessidade de controle e precisão em experimentos justifica a abordagem reducionista, permitindo análise detalhada de relações causais.
Validade Ecológica	A falta de realismo em experimentos de laboratório pode limitar a generalização para situações da vida real.	A tarefa de atingir um equilíbrio entre uma postura pragmática e as elaboradas variações do mundo real demanda a adoção de abordagens multifacetadas, que combinem técnicas laboratoriais e experimentais.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Asch (1956); Baumrind (1964); Cook e Campbell (1985); Danziger (1997); Gergen (1973); Lewin (1951); Milgram (1963) e Sears (1986).

Falta de contextualização cultural

A falta de contextualização cultural na Psicologia Social é uma crítica substancial que tem sido enfatizada por diversos estudiosos, e que ressoa profundamente na comunidade acadêmica. Essa crítica aponta para um fenômeno alarmante, onde muitas pesquisas são conduzidas dentro de um contexto particularmente ocidental, frequentemente sem ponderar adequadamente a elevada diversidade de experiências culturais² existentes no âmbito humano (TRIANDIS, 1994). O rótulo "WEIRD"³, engendrado por Henrich, Heine e Norenzayan (2010), sigla para "Ocidental, Educado, Industrializado, Rico e Democrático", evidencia o incômodo com a predominância de amostras homogêneas na maioria dos estudos psicológicos. O reconhecimento da significativa uniformidade entre os estudos psicológicos deve-nos alertar contra a emissão de conclusões parciais ou tendenciosas. Quando falamos sobre resultados de investigações psicossociais, o cuidado e a cautela têm papel protagonista no sentido de se buscar garantir, para além da conveniência dos resultados, a plena fiabilidade.

Desde a introdução da Teoria da Autoeficácia⁴ (BANDURA, 1977) houve muitos debates sobre a "universalidade" da sua aplicação. Os críticos tendem a manifestar preocupação especial sobre a possibilidade de aplicar a teoria aos ambientes social e cultural diferentes das comunidades do Ocidente, como é o caso da China e do Extremo Oriente, onde grandes contrastes culturais estão relacionados, particularmente, à prevalência coletivista (em oposi-

² Osmar Veronese e Gustavo Bohnenberger (2019) argumentam que a diversidade cultural se refere à multiplicidade de formas pelas quais as culturas dos grupos e sociedades encontram expressão. Essas expressões são transmitidas entre gerações e manifestam-se nas práticas artísticas, literárias, recreativas, científicas e religiosas, bem como nas festividades e rituais. A diversidade cultural é reforçada pela diversidade global e é expressa nas tradições locais. Sociedades multiculturais buscam acentuar o caráter pluricultural da humanidade, requalificando o sentido de inúmeras experiências e opondo-se à intolerância e à tentativa de homogeneização da vida social.

³ Henrich, Heine e Norenzayan (2010), ao delinear a sigla "WEIRD", tecem uma crítica aos psicólogos sociais que se concentram em uma pequena população ocidental e, a partir dela, buscam definir axiomas em seus estudos como sendo "universais", apesar das características dessa população não serem universais. Cada letra da sigla refere-se a uma característica dessa população: "W" de "Western" (Ocidentais) e "E" de "Educated" (Educados). Além dessas características iniciais, as demais letras (I, R e D) referem-se a indivíduos de países industrializados, ricos e com culturas e sistemas políticos democráticos. Nesse diapasão, os autores alertam que muitos resultados de estudos psicossociais realizados nessa população, concebidos como "universais", podem não ser de fato universais, considerando que outras regiões do mundo possuem populações com características muitas vezes totalmente antagônicas em relação aos "povos WEIRD".

ção ao individualismo ocidental), que certamente influencia atitudes individuais (ZHANG, 2004). Dessa forma, é clara a necessidade de considerar, no âmbito dos estudos acerca das variáveis psicossociais, as diversas culturas presentes de modo a não gerar resultados inconsistentes.

No entanto, é crucial reconhecer que a Psicologia Social não permaneceu inerte diante dessa crítica. Há uma crescente conscientização e esforço direto para incluir diversas perspectivas culturais na pesquisa (MATSUMOTO; JUANG, 2012). A pesquisa transcultural, que compara comportamentos e atitudes em diferentes culturas, está se tornando mais comum e sofisticada (BERRY et al., 2002). Isso inclui o trabalho seminal de Marcus e Kitayama (1991) sobre o self independente e interdependente, que explora como as construções do self variam entre culturas, fornecendo insights valiosos sobre a complexidade da identidade humana.

Além disso, a ética na pesquisa está evoluindo para ser mais sensível às diferenças culturais. O consentimento informado⁵, por exemplo, está sendo adaptado para ser mais apropriado em culturas onde a tomada de decisão é mais coletiva do que individual, refletindo uma abordagem mais matizada e respeitosa (MARSHALL, 2006).

Em suma, a crítica à falta de contextualização cultural na Psicologia Social é válida e merece atenção séria. No entanto, também é evidente que a disciplina está fazendo esforços significativos para abordar essa crítica, promovendo uma abordagem mais inclusiva e global. A tensão entre a crítica e o contraponto reflete uma disciplina em evolução, lutando para equilibrar a necessidade de rigor científico com a responsabilidade ética e social. A continuação desse diálogo é vital para o futuro da Psicologia Social, garantindo que

⁴ A Teoria da Autoeficácia está profundamente enraizada no cerne de todo o constructo da Teoria Social Cognitiva de Bandura, trazendo consigo, como axioma central, a ideia de que as convicções individuais são determinantes para a consecução de tarefas e no alcance de objetivos. Considera-se, assim, que tais ideias exercem impacto direto no que diz respeito ao: (a) comportamento; (b) raciocínio; e (c) na satisfação emocional dos sujeitos. A autoeficácia tem suas amarras ancoradas assim, tanto no conhecimento que é obtido, como também na imitação de outros sujeitos, ou ainda, por meio da persuasão, considerando-se também os diferentes estados fisiológicos (BANDURA; AZZI; POLYDORO, 2008).

⁵ O consentimento informado é um método que certifica que o paciente ou participante envolvido em uma pesquisa seja devidamente informado de todos os detalhes significativos relativos ao processo, como seus prós, contras e opções alternativas. É importante conceder ao indivíduo soberania e assegurar que a decisão seja tomada com a informação completa e entendimento necessário (CORDEIRO; SAMPAIO, 2019).

ela permaneça relevante, justa e verdadeiramente representativa na diversidade da experiência humana.

Quadro 2 - Falta de contextualização cultural: crítica e refutação

Aspecto	Crítica à falta de Contextualização Cultural	Refutação à Crítica
Diversidade Cultural	A diversidade cultural pode ser limitada pela predominância da amostra <i>WEIRD</i> (Ocidental, Educada, Industrializada, Rica e Democrática), restringindo a generalização dos resultados.	Aumento de pesquisas transculturais, incluindo nesse bojo estudos comparativos entre culturas, ampliando a compreensão dos fenômenos sociais.
Aplicabilidade e Relevância	A aplicabilidade e relevância de teorias e modelos podem ser limitadas em diferentes contextos culturais, ignorando nuances importantes.	Esforços contínuos para inclusão e sensibilidade cultural, adaptando teorias e métodos para refletir a diversidade de experiências humanas.
Ética na Pesquisa	Desafios na adaptação de práticas éticas às diferenças culturais, como o consentimento informado.	Um movimento ascendente tem ganhado força, identificado pela adoção de meios mais adequados, responsáveis e inclusivos que consideram os valores e princípios culturais, a fim de melhorar o padrão de conduta ética.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Bandura (1977); Zhang (2004); Henrich, Heine e Norenzayan (2010); Marcus e Kitayama (1991); Marshall (2006); Matsumoto e Juang (2012) e Triandis (1994).

Viés de laboratório

A disputa em torno do viés de laboratório na Psicologia Social é uma questão extremamente complicada e de amplo debate. Essa questão crítica indica que a realização de ensaios experimentais nos laboratórios, mesmo que sejam importantes elementos para estabelecer relações ocasionais, talvez possam dificultar a exatidão ecossistêmica dos estudos (ARONSON; WILSON; AKERT, 1998; SEARS, 1986).

Por uma parte, a abordagem do laboratório é reconhecida pela sua capacidade de isolamento e análise de eventos específicos em um contexto controlado. Essa análise permite que se obtenha uma compreensão precisa e aprofundada dos mecanismos fundamentais de um fenômeno em particular, dispensando esclarecimentos essenciais que podem ser duros de obter em cenários mais complexos e variáveis (LEWIN, 1951).

Por outra perspectiva, essa abordagem tem sido rechaçada por sua falta de validade ecológica, com alegações de que experimentos em laboratório desenvolvem um meio artificial que pode não espelhar a intricação e sutileza das interações sociais no mundo real (COOK; CAMPBELL, 1979). Assim, essa restrição pode limitar aplicabilidade e generalização dos resultados, tornando-os menos significativos para situações reais e, conseqüentemente, menos úteis para fomentar políticas ou procedimentos sociais.

No entanto, é fundamental reconhecer que a crítica ao viés de laboratório não é uma condenação total da abordagem experimental. Vários estudiosos na área da Psicologia Social têm plena consciência das dificuldades práticas e lutam enfaticamente para neutralizá-las. O uso concomitante de métodos de laboratório e de pesquisa de campo é uma diplomacia comum que procura ajustar a acuidade experimental com a aplicabilidade do concreto, aumentando a pesquisa mais profunda e contextualizada (LEWIN, 1951; FESTINGER; KATZ, 1953).

Além das inovações dos métodos de estudo, assim como a aplicação das simulações computacionais e das pesquisas online, estão expandindo as vias de pesquisa fora dos patamares laboratoriais tradicionais (REIPS, 2002). Essas modernidades estão abrindo novos caminhos para o estudo na Psicologia Social, facilitando um enfoque mais ecológico e adaptável para responder às objeções do fator "laboratório".

A tensão entre a crítica e o contraponto reflete uma disciplina em evolução, lutando para equilibrar a necessidade de rigor científico com a responsabilidade ética e social. A conversação seguinte é considerada crucial para o destino da Psicologia Social, garantindo sua permanência proveitosa, justa e comunicativa da experiência humana. Essa tensão, quando gerenciada corretamente, pode servir como pressão dinâmica para a inovação e desenvolvimento dessa área acadêmica, estimulando uma postura de análise mais íntegra, crítica e ampla em relação à investigação.

Quadro 3 - Viés de laboratório: crítica e refutação

Aspecto	Crítica ao Viés de Laboratório	Refutação à Crítica
Validade Ecológica	A validade ecológica pode ser limitada pela natureza artificial dos experimentos de laboratório, restringindo a aplicabilidade dos resultados.	Complementada por métodos de campo e abordagens interdisciplinares, que buscam equilibrar a precisão experimental com a relevância do mundo real.
Controle Experimental	Embora permita uma análise precisa e detalhada, pode levar a uma visão estreita e limitada dos fenômenos sociais.	Essencial para estabelecer relações causais e entender os mecanismos subjacentes, sendo uma ferramenta valiosa na pesquisa científica.
Relevância do Mundo Real	A relevância do mundo real dos estudos de laboratório pode ser limitada, não refletindo a complexidade das interações humanas.	Progredindo a partir de metodologias emergentes, como modelações computadorizadas e investigações baseadas na web, há um alargamento das possibilidades de pesquisa que extrapolam o âmbito do laboratório histórico.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Aronson, Wilson e Akert (1998); Lewin (1951) e Sears (1986).

Foco excessivo no indivíduo

Pesquisas na Psicologia Social muitas vezes são questionadas por focarem excessivamente nos esforços específicos de indivíduos, ignorando a influência dos fatores sociais, culturais e históricos. Essas críticas surgem das preocupações de que a diminuição da contextualização comportamental estará a ocorrer ao se privilegiar a análise do comportamento em termos de individualidade. Investigações a respeito do acatamento da obediência, como o famoso experimento de Milgram (1963)⁶, servem de motivo para censuras devido ao seu grande enfoque nos traços individuais, tais como a personalidade, não contemplando as pressões culturais e sociais que moldam o comporta-

mento. Essa perspectiva pode ser visualizada como uma simplificação que ignora a complexidade das interações humanas.

Outro exemplo pode ser encontrado na pesquisa sobre motivação e realização. A teoria da autodeterminação (DECI; RYAN, 1985)⁷ evidencia necessidades e desejos individuais, mas é criticada por negligenciar perspectivas sociais e culturais, tais como estrutura familiar, educação, e *status* socioeconômico. Essa objeção implica no fato de que o prisma individualista pode obviar informações importantes que advêm de interação do indivíduo e de seu meio ambiente.

No entanto, os argumentos contra essas críticas são relevantes e devem ser consideradas atentamente. É importante destacar que a psicologia social não é coesa, e que a diversidade de abordagens reconhece de fato tanto o indivíduo como o contexto. A Teoria Construcionista Social (GERGEN, 1985) salienta a relação entre o indivíduo e o meio social, pois o comportamento humano é formado por uma miríade de fatores interdependentes, tanto individuais quanto sociais. Além disso, a crítica ao enfoque apenas no indivíduo pode ser vista como uma generalização demasiada da Psicologia Social. Muitos pesquisadores reconhecem a relevância do contexto e lutam para unir uma compreensão mais profunda das influências sociais e culturais. Por exemplo, a pesquisa sobre identidade social⁸ (TAJFEL; TURNER, 1979) reco-

⁶ A pesquisa inovadora de Stanley Milgram (1963) sobre obediência à autoridade é amplamente reconhecida. Em seu experimento, os participantes foram instruídos a administrar choques elétricos em um “aluno” (que na verdade era um ator). O estudo de Milgram, de forma geral, desvenda um aspecto inquietante e, em certa medida, surpreendente (e perturbador) sobre as inclinações dos participantes: uma notável susceptibilidade não apenas em se submeter a ordens autoritárias, mas também, nesse processo, a capacidade de se infligir dor e sofrimento a outros indivíduos (sem desistir da atividade).

⁷ Deci e Ryan (1985) ao traçarem cada um dos pontos da Teoria da Autodeterminação acabam por fundar um tipo de tríade, ao definir que as motivações humanas vão se alicerçar, basicamente em três necessidades psicológicas que seriam fundamentais, sendo elas os relacionamentos sociais, a competência e a autonomia. Cada uma dessas necessidades por sua vez exerce um papel fundamental em modelar o modo como os sujeitos enxergam a si mesmos e assim se sentem autodeterminados, ou, ao contrário, “reféns” de fatores externos (que fogem ao seu controle). O argumento da teoria é que, caso tais necessidades básicas não sejam atendidas, os sujeitos não poderão usufruir do bem-estar e da liberdade que advêm de sua autodeterminação.

⁸ Quando Tajfel e Turner (1979) desenham as bases da Teoria da Identidade Social eles tinham o interesse de aferir as bases de uma aparente lógica dupla onde, de um lado, os sujeitos tendiam a se alinhar a determinados grupos, mas, a partir daí, tinham também a inclinação de discriminarem outros sujeitos que não faziam parte (ou que contrastavam) com tal grupo. A partir dessa constatação a teoria propõe que o autoconceito é em parte delineado pela associação que o sujeito faz ao grupo social.

nhece que a identidade de um indivíduo é moldada tanto por fatores individuais quanto por sua pertença a grupos sociais.

Uma contradição acentuada é que a ênfase no indivíduo não é necessariamente designativa. Pode ser uma técnica profícua para acoitar alguns ingredientes do comportamento humano. Por exemplo, a análise sobre a resiliência individual (MASTEN, 2001) tem dado informações úteis sobre como os indivíduos podem se adaptar e brilhar diante de dificuldades, deliberações que apresentam aplicações descortinadas na educação e nos estados mentais sutis. O repreendimento ao realce extravagante no ser em Psicologia Social é inegável, algo a merecer ênfase. No entanto, tal advertência necessita ser atenuada com o esclarecimento de que a Psicologia Social é uma ciência variada e multifacetada, direta e indubitavelmente apta a vigiar, a um só tempo, o indivíduo e as especificidades incomuns do contexto. De maneira geral, observa-se até certo ponto o contínuo crescimento de uma instituição, tentando acertar a obrigação de compreensão farta do indivíduo com o logro de localizar e integrar as influências sociais, culturais e históricas mais vastas.

Quadro 4 - Foco no indivíduo: crítica e refutação

Aspecto	Implicações	Refutação
Reduccionismo Metodológico	Pode negligenciar a complexidade das interações humanas e as pressões culturais e sociais que moldam o comportamento.	A teoria construcionista social, por exemplo, destaca a interação entre o indivíduo e o meio social.
Descontextualização Cultural	Resultados podem não ser generalizáveis além de culturas ocidentais e ignorar estrutura familiar, educação e status socioeconômico.	A pesquisa sobre identidade social reconhece a influência de grupos sociais na identidade individual.
Individualismo Metodológico	Ignora influências sistêmicas e estruturais sobre o comportamento.	Muitos pesquisadores reconhecem a relevância do contexto e buscam uma compreensão mais profunda das influências sociais e culturais.
Neutralidade Valorativa	Pode ignorar ou reforçar sistemas de poder existentes.	A Psicologia Social é uma ciência variada e multifacetada, capaz de observar o indivíduo e o contexto.
Visão Estática do Comportamento	Ignora a natureza mutável e adaptativa do comportamento humano.	A análise sobre a resiliência individual fornece <i>insights</i> sobre a adaptação individual diante de desafios.
Perspectiva Simplificada	Pode levar a interpretações superficiais e incompletas.	A Psicologia Social visa harmonizar, em seu bojo, o escopo das influências sociais, culturais e históricas para o entendimento do comportamento humano.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Deci e Ryan (1985); Gergen (1985); Masten (2001); Milgram (1963) e Tajfel e Turner (1979).

Questões éticas

A discussão de questões éticas pertinentes à investigação em Psicologia Social, notadamente aquelas relacionadas com o consentimento informado e possíveis consequências nocivas para os participantes, é algo que vem sendo tratado há muito tempo por autores como Diana Baumrind (1964) e Arthur Miller (1981a). Embora essa alta deliberação seja um assunto antigo, em nossos tempos, a disciplina de Psicologia Social impõe estritas normas de ética, e os comitês de controle se encarregam de garantir que estudos científicos estejam em conformidade com essas diretrizes (APA, 2017). A ética na pesquisa é uma questão primordial, sendo que a disciplina está continuamente desenvolvendo os seus procedimentos para garantir a integridade e o bem-estar dos participantes.

A ética no contexto da pesquisa psicossocial é um domínio sujeito a uma intensa evolução e controvérsia. É de vital importância conferir autenticidade e critério às práticas éticas em Psicologia Social, e é parte do compromisso contínuo certificar-se de que a investigação seja diligente, adequadamente e moralmente conduzida. A crítica das práticas éticas na Psicologia Social frequentemente se focaliza em questões como a obtenção de consentimento informado, confidencialidade e procedimentos de segurança para os participantes. Esses aspectos são validados e passam por um extenso escrutínio e debate (BAUMRIND, 1964; MILLER, 1981b).

Em última análise, é essencial considerar que a Psicologia Social oferece princípios rigorosos de ética, os quais são executados mediante conselhos de avaliação. Tais comitês são encarregados de estudar os padrões de análise e certificar sua conformidade com as regulamentações éticas impostas pela APA (2017). Isso abarca a prerrogativa de que os pesquisados sejam justamente informados sobre o motivo da pesquisa, solicitando seu consentimento e assegurando medidas adequadas para garantia de sua privacidade e de seu bem-estar (CORDEIRO; SAMPAIO, 2019).

Além disso, a ética na pesquisa não é estática. A disciplina continua a refinar e a evoluir suas práticas éticas em resposta a novos desafios e desenvolvimentos. Isso inclui a adaptação de diretrizes éticas para novos métodos de pesquisa, como estudos *online*, e a consideração de questões éticas emer-

gentes, como o uso de dados de mídia social (MORENO *et al.*, 2013).

A ética na pesquisa em Psicologia Social é uma questão complexa e multifacetada. Embora possa oferecer desafios, também é uma área de força e compromisso dentro da disciplina. A continuação do diálogo crítico e reflexivo sobre questões éticas é vital para garantir que a Psicologia Social continue a ser uma disciplina responsável e ética.

Quadro 5 - Questões éticas: crítica e refutação

Aspecto	Crítica às Questões Éticas	Refutação à Crítica
Consentimento Informado	Preocupações com a clareza e compreensão do consentimento, podendo levar a consentimentos não verdadeiramente informados.	Normas rigorosas e revisão ética garantem que o consentimento seja obtido de maneira clara e compreensível.
Potencial de Dano	Riscos potenciais para os participantes, incluindo estresse emocional e danos psicológicos.	A proteção e o bem-estar dos participantes são assegurados por via de protocolos éticos rigorosos.
Evolução das Práticas	Necessidade de adaptação e atualização das práticas éticas para refletir mudanças na sociedade e na tecnologia.	Continuação do refinamento e evolução das práticas éticas, mantendo-se atualizado com as normas e diretrizes.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Apa (2017); Baumrind (1964) e Miller (1981a).

Política e parcialidade

A relação entre política e parcialidade na Psicologia Social é um tema complexo e multifacetado que tem sido objeto de intenso debate. Comumente, critica-se que a Psicologia Social possa ser influenciada por inclinações políticas, particularmente de disposição liberal, o que pode afetar a objetividade e a imparcialidade da pesquisa (INBAR; LAMMERS, 2012). No entanto, essa crítica é respondida por contra-argumentos substanciais que afirmam ser a ligação entre a política e a investigação mais complexa e matizada.

Argumenta-se em muitos casos que as crenças e valores políticos dos

pesquisadores possam influenciar suas perguntas de pesquisa, metodologia e interpretação dos resultados (DUARTE *et al.*, 2015). Alguns alegam que tal estado pode resultar em uma restrição da diversidade de perspectivas e de uma tendência notória na perscrutação, privilegiando uma direção política específica (REDDING, 2001). Os estudos psicossociais sobre discriminação e preconceito, por exemplo, podem em muitos casos serem influenciados por inclinações ideológicas mais liberais, por parte dos pesquisadores, e trazem aqui em seu bojo questões fulguradas em justiça social e equidade. Essa inclinação pode, por sua vez, levar os pesquisadores a desconsiderarem outras variáveis relevantes que exercem efeito em relação a esses fenômenos, como, por exemplo, o peso das tradições (HIBBING *et al.*, 2014).

De todo modo, como se reitera ao longo deste texto, a Psicologia Social não é uma disciplina estática, mas sim dinâmica, e que consegue se adaptar a diferentes limitações de seu campo, sendo necessário também que nos atenemos aos contrapontos em relação às críticas aqui elencadas. A acusação de preconceito político pode ser simplificada demais, desconsiderando as intrincadas e diversas perspectivas da Psicologia Social (BILLIG, 2013). Muitos pesquisadores alegam que a ciência, entre elas a Psicologia Social, envolve uma série de normas e procedimentos que conferem objetividade e isenção, desprezadas das inclinações políticas dos pesquisadores (GILBERT, 2011).

Quando falamos do domínio da Psicologia Social, a incorporação de distintas perspectivas, aliada ao procedimento de avaliação científica por pares, poderia prevenir possíveis preconceitos. Essas práticas contribuem para uma abordagem científica mais objetiva e equilibrada. A presença de múltiplas vozes na pesquisa em psicologia social é vista mais como um ponto forte do que como uma fraqueza. Além disso, é importante reconhecer que criticar o preconceito político não deve ser visto como um ataque à legitimidade da Psicologia Social como um todo, especialmente em áreas que abordam questões socialmente sensíveis, como raça, gênero e classe (NOSEK; SPIES; MOTYL, 2012). Essa crítica pode ser usada para desacreditar pesquisas que desafiam o *status quo*, ou que promovem mudanças sociais.

A relação entre política e parcialidade na Psicologia Social é complexa e não pode ser reduzida a simples acusações de parcialidade. A crítica à in-

fluência política deve ser equilibrada com o reconhecimento de que a Psicologia Social é uma disciplina diversa e robusta, capaz de autocrítica e crescimento.

Quadro 6 - Política e parcialidade: crítica e refutação

Aspecto	Crítica às Questões Éticas	Refutação à Crítica
Influência Política	A pesquisa em Psicologia Social pode ser afetada por seus componentes políticos, podendo prejudicar a imparcialidade e o objetivismo.	A relação entre política e investigação é muito mais multifacetada, não se limitando apenas à influência de fatores políticos.
Influência dos Valores Políticos dos Pesquisadores	Os credos e valores políticos dos investigadores podem influenciar as questões da pesquisa, a metodologia e a interpretação dos resultados.	A ciência, incluindo a Psicologia Social, implica regras e práticas que fornecem objetividade e imparcialidade, independentemente das perspectivas políticas dos investigadores.
Restrição da Diversidade de Perspectivas	Inclinações políticas podem limitar a pluralidade de abordagens e a tendência natural para certas pesquisas.	A inclusão de diferentes perspectivas e a análise crítica de pares na Psicologia Social contribuem para abordagens mais imparciais e equilibradas.
Influência Ideológica em Pesquisas sobre Discriminação e Preconceito	Investigações sobre discriminação e preconceito podem ser influenciadas por inclinações liberais, negligenciando outras variáveis significativas.	A Psicologia Social é uma área vasta e profunda, com capacidade de autocrítica e evolução, reconhecendo a necessidade de múltiplas técnicas e visões.
Acusação de Preconceito Político	A Psicologia Social vem sendo questionada devido ao seu pré-juízo político que pode prejudicar a validade de seus estudos.	Contudo, não se deve ver essa crítica como um atentado contra a legitimidade da Psicologia Social, especialmente em áreas que exigem especial cuidado social.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Inbar e Lammers (2012); Billig (2013); Duarte et al. (2015); Gilbert (2011); Hibbing et al. (2014); Nosek; Spies e Motyl (2012) e Redding (2001).

Interdisciplinaridade limitada

A aplicação do princípio de interdisciplinaridade é essencial para a investigação atual e perspicaz na associação de várias áreas para solucionar problemas complicados. Contudo, houve depreciação da Psicologia Social,

pois os seus métodos interdisciplinares são considerados restringidos. Apesar de essa opinião ser válida sob determinados aspectos, argumentos trabalhados em profundidade revelam a intensidade e a multiplicidade das relações interdisciplinares nessa área.

Como apontam Rosengren (1980) e Billig (1985), a Psicologia Social, em seu desenvolvimento, passou a ser alvo recorrente de críticas, em especial, sobre sua suposta limitação quanto à capacidade de aderir a uma interdisciplinaridade, o que se configuraria tanto em uma lógica simplista de articular questões teóricas e também no uso quase que exclusivo de princípios e metodologias da psicologia. Phil Brown (1995), nessa esteira, ressalta que uma prova disso seria uma dificuldade da Psicologia Social, ao estudar fenômenos que são comuns a outras áreas das ciências humanas, como a Sociologia, Ciência Política e Antropologia, de integrar os *insights*, princípios e métodos dessas áreas em seus estudos, gerando, assim, percepções até certo ponto discrepantes (sobre os mesmos fenômenos) em relação a outras ciências.

Isso fica claro em muitos estudos sobre comportamentos sociais, onde os psicólogos sociais empregam metodologias experimentais e/ou quantitativas em revelia de métodos e abordagens qualitativas empregadas no âmbito da Sociologia e da Antropologia, sobre os mesmos temas (BILLIG, 1985; GEERTZ, 1973). Nessa mesma perspectiva vale denotar a dificuldade, por exemplo, da Psicologia Social, em estudos sobre influência social, de assimilar como lastro premissas filosóficas de pensadores que estudaram bases como o poder, a autoridade e a legitimidade, como Lukes (1974) e Foucault (1977).

Ainda assim, existem variadas questões relevantes que precisam ser cuidadosamente examinadas ao analisar essa crítica. Na área da Psicologia Social, várias abordagens favorecem a interdisciplinaridade. A identidade cultural tem sido examinada com base na inclusão de visões antropológicas para verificar como a cultura influencia na configuração da identidade e no comportamento (MARCUS; FISCHER, 1986; HOFSTEDE, 1980). O estudo de conflitos entre grupos emprega a utilização de teorias sociológicas e políticas para compreender a natureza e a mobilidade da discórdia (BAR-TAL, 2000; LATANÉ; WOLF, 1981).

Além disso, a análise sobre a interdisciplinaridade limitada pode ser

percebida como uma vulgata excessivamente modesta da Psicologia Social. Muitos acadêmicos lembram a importância da interdisciplinaridade e trabalham dedicadamente com o intuito de promover a cooperação entre áreas diferentes. Por exemplo, o aprofundamento da transformação social trouxe bons frutos da combinação entre estudiosos de psicologia social, economia e ciência política. Os seus esforços coletivos visam desenvolver intervenções eficazes que promovam a justiça social (OSTROM, 1990; SEN, 1999).

Quando se trata de compreender o comportamento humano, é importante considerar a natureza interdisciplinar do assunto. No entanto, também é válido e benéfico focar em métodos e ideias específicas dentro da Psicologia, pois podem efetivamente lançar luz sobre vários aspectos do comportamento humano. Além disso, enfatizar a persuasão e a mudança de atitude, por exemplo, é uma rota que explora extensivamente teorias e práticas estabelecidas com aplicações significativas em publicidade, política e saúde (MASLOW, 1943; PETTY; CACIOPPO, 1986).

A interdisciplinaridade parcial da Psicologia Social merece consideração cuidadosa. No entanto, é crucial equilibrar essa crítica com o reconhecimento de que essa área é um campo multifacetado e sofisticado, empenhado em promover a interdisciplinaridade quando apropriado, ao mesmo tempo em que defende os métodos e teorias relevantes para a psicologia. Essa tensão entre a crítica e o contraponto evidencia uma disciplina em invenção, desafiada a achar o equilíbrio entre a necessidade de integração e colaboração, e o dever de guardar a relevância e a rigorosidade da pesquisa psicológica.

Quadro 7 - Visão reducionista: crítica e refutação

Aspecto	Argumento	Refutação
Visão Reducionista	O foco excessivo no indivíduo pode levar a uma visão reducionista.	Existem várias abordagens que enfatizam a intrincada interação entre os indivíduos e seu ambiente social. Exemplos dessas abordagens incluem o construcionismo social e o interacionismo simbólico.
Pressões Sociais e Culturais	A pesquisa pode ignorar pressões sociais e culturais, como evidenciado no experimento de Milgram.	A pesquisa sobre identidade social e a teoria da influência social reconhecem influências do grupo e a complexidade das interações sociais.
Contexto na Teoria da Autodeterminação	A teoria da autodeterminação pode ignorar o contexto social e cultural.	O foco no sujeito tem também suas vantagens, o que se configura, por exemplo, no estudo da motivação humana e sua interdependência com fatores internos e externos.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Blumer (1969); Deci e Ryan (1985); Gergen (1985); Latané e Wolf (1981); Maslow (1943); Masten (2001); Milgram (1963) e Tajfel e Turner (1979).

Considerações finais

A Psicologia Social, em sua perseguição interminável para desvendar os intrincados meandros das interações interpessoais, acha-se em um ponto de intercepção de críticas e contrapontos. As críticas, geralmente vistas como uma força destrutiva, aqui se apresentam como uma ferramenta de estruturação, um mecanismo para reflexão, inovação e progressão. As resistências colocadas à Psicologia Social não são simplesmente entraves a serem vencidos, mas espinhos a serem abraçados. Elas asseguram um olhar crítico por meio do qual a disciplina pode avaliar-se, identificar deficiências e trabalhar para superá-las, tornando assim o seu modo e pensamento mais aprimorado (GERGEN, 1973; NOSEK; SPIES; MOTYL, 2012).

Entretanto, a surpresa reside não somente nas críticas, mas nas respostas. A Psicologia Social não é uma disciplina estacionária, congelada no tempo e resistente a alterações. Pelo contrário, é mutante, adaptável e persistente. Os levantes clarificados neste texto afirmam uma disciplina que está propensa a aprender com os ditos adversários, progredir deles e se remodelar

em qualquer entidade mais resistente e sábia (CIALDINI, 2009; BRONFENBRENNER, 1979). As circunstâncias da crítica e da resposta não se representam como uma luta de qualidades antagônicas, mas, como parceiros em uma contribuição intrincada, que se ajudam mutuamente e se recuperam, fornecendo um diálogo que impulsiona a disciplina para a frente. A crítica, com a ausência de resposta, é vaga e imprecisa; a resposta, com a ausência de crítica, é condescendente e paralisada. Juntas criam um equilíbrio móvel que preserva a Psicologia Social viva e fluida.

A questão do reducionismo metodológico, que busca simplificar fatos complexos, é por sua vez contrabalançada pela necessidade de estabelecer controles e precisão na realização de pesquisas, o que permite ter *insights* assertivos e experimentos condizentes (LEWIN, 1951; GERGEN, 1973; SEARS, 1986). De outra forma, a denúncia da falta de análise contextualizada é desmentida pelo crescimento dos estudos transculturais e por melhorias nas práticas éticas, testemunhando a capacidade de ajustes da Psicologia (ADAMS, 2005; ARONSON; WILSON; AKERT, 1998; HENRICH; HEINE; NORENZAYAN, 2010). A desconfiança em relação ao viés de estudo praticado em laboratórios, que questiona a validade ecológica das pesquisas, é desafiada pelo aprimoramento de técnicas de campo e pela diversificação de novos métodos e simulações (COOK; CAMPBELL, 1985). Ademais, a exortação à parcialidade e à influência política, que podem comprometer a objetividade, é mitigada pelo reconhecimento de diferentes perspectivas e pela implantação de normas e práticas desapassionadas (BAUMRIND, 1964; REDDING, 2001).

O argumento moralizador em relação à ética na pesquisa é objurgado pela evolução das práticas éticas, que indicam responsabilidade e compromisso da Psicologia em adotar uma consistência ética (FARR, 1996). De igual modo, a objeção à interdisciplinaridade restrita é refutada pelo reconhecimento com o múltiplo de abordagens dentro da Psicologia Social, como a associação de percepções antropológicas e a colaboração entre disciplinas (MARCUS; FISCHER, 1986; OSTROM, 1990; ROSENGREN, 1980). Por fim, o argumento reducionista é rechaçado pela diversificação de abordagens na Psicologia Social, como o construcionismo social, que apreende as influências ambientais e enaltece o contexto grupal (GERGEN, 1985; MASTEN, 2001;

TAJFEL; TURNER, 1979).

A conclusão desta explanação não é o término, mas um princípio. É um convite para se continuar indagando, questionando e aperfeiçoando. É um apelo para abraçar a crítica, não como um inimigo, mas como um guia e professor. É uma celebração da jornada perpétua da Psicologia Social, uma empreitada tão complexa como desafiadora e encantadora (como a própria condição humana). É um reconhecimento à vitalidade da disciplina e um desafio de nos esforçarmos, questionarmos e evoluirmos, refletindo a própria essência da Psicologia Social.

Referências

ADAMS, G. The cultural grounding of personal relationship: enemyship in north american and west african worlds. **Journal of Personality and Social Psychology**, v. 88, n. 6, p. 948-968, 2005. DOI: <https://doi.org/10.1037/0022-3514.88.6.948>. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/doiLanding?doi=10.1037%2F0022-3514.88.6.948>. Acesso em: 15 nov. 2023.

ALLPORT, G. W. **The nature of prejudice**. Cambridge: Addison-Wesley, 1954.

APA. **Ethical principles of psychologists and code of conduct**. Washington: American Psychological Association, 2017.

ARONSON, E. *et al.* **Social psychology**. 4. ed. Upper Saddle River: Prentice Hall, 1998.

ASCH, S. E. Studies of independence and conformity: I. a minority of one against a unanimous majority. **Psychological Monographs: General and Applied**, v. 70, n. 9, p. 1-70, 1956. DOI: <https://doi.org/10.1037/h0093718>. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/doiLanding?doi=10.1037%2Fh0093718>. Acesso em: 15 nov. 2023.

BANDURA, A. Self-efficacy: toward a unifying theory of behavioral change.

Psychological Review, v. 84, n. 2, p. 191-215, 1977. DOI: <https://doi.org/10.1037/0033-295X.84.2.191>. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/doiLanding?doi=10.1037%2F0033-295X.84.2.191>. Acesso em: 15 nov. 2023.

BANDURA, A.; *et al.* **Teoria social cognitiva: conceitos básicos**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

BAR-TAL, D. From intractable conflict through conflict resolution to reconciliation: psychological analysis. **Political Psychology**, v. 21, n. 2, p. 351-365, 2000. DOI: <https://doi.org/10.1111/0162-895X.00192>. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/0162-895X.00192>. Acesso em: 15 nov. 2023.

BAUMRIND, D. Some thoughts on ethics of research: after reading milgram's "behavioral study of obedience". **American Psychologist**, v. 19, n. 6, p. 421-423, 1964. DOI: <https://doi.org/10.1037/h0040128>. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/doiLanding?doi=10.1037%2Fh0040128>. Acesso em: 15 nov. 2023.

BERRY, J. W. *et al.* **Cross-cultural psychology: research and applications**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

BILLIG, M. **Arguing and thinking: a rhetorical approach to social psychology**. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

BILLIG, M. Political psychology as a critical science. *In: The Oxford Handbook of Political Psychology*. Oxford: Oxford University Press, 2013.

BLUMER, H. **Symbolic interactionism: perspective and method**. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1969.

BRONFENBRENNER, U. **The ecology of human development: experiments by nature and design**. Cambridge: Harvard University Press, 1979.

BROWN, P. Naming and framing: the social construction of diagnosis and ill-

ness. **Journal of Health and Social Behavior**, v. 35, n. 1, p. 34-52, 1995.
DOI: <https://doi.org/10.2307/2626956>. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2626956?origin=crossref>. Acesso em: 15 nov. 2023.

BRUNSWIK, E. **Perception and the representative design of psychological experiments**. Berkeley: University of California Press, 1956.

CIALDINI, R. B. **Influence: science and practice**. 5. ed. Boston: Pearson, 2009.

COOK, T. D.; CAMPBELL, D. T. **Quasi-experimentation: design & analysis issues for field settings**. Boston: Houghton Mifflin, 1985.

CORDEIRO, M. D.; SAMPAIO, H. Aplicação dos fundamentos do letramento em saúde no consentimento informado. **Revista Bioética**, v. 27, n. 3, p. 410-418, set. 2019. Disponível em: https://revistabioetica.cfm.org.br/revista_bioetica/article/view/1975/2137. Acesso em: 10 nov. 2023.

DANZIGER, K. Does the history of psychology have a future? **Theory & Psychology**, v. 4, n. 4, p. 467-484, 1997. Doi: <https://doi.org/10.1177/0959354394044001>. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0959354394044001>. Acesso em: 15 nov. 2023.

DECI, E. L.; RYAN, R. M. **Intrinsic motivation and self-determination in human behavior**. New York: Plenum, 1985.

DUARTE, J. L.; *et al.* Political diversity will improve social psychological science. **Behavioral and Brain Sciences**, v. 38, p. 130, 2015.

FARR, R. M. **The roots of modern social psychology: 1872-1954**. Oxford: Blackwell, 1996.

FESTINGER, L. **A theory of cognitive dissonance**. Stanford: Stanford University Press, 1957.

FESTINGER, L.; KATZ, D. (eds.). **Research methods in the behavioral sci-**

ences. San Diego: Dryden Press, 1953.

FOUCAULT, M. **Discipline and punish: the birth of the prison**. New York: Pantheon Books, 1977.

GEERTZ, C. **The interpretation of cultures**. New York: Basic Books, 1973.

GERGEN, K. J. Social psychology as history. **Journal of Personality and Social Psychology**, v. 26, n. 2, p. 309-324, 1973. DOI: <https://doi.org/10.1037/h0034436>. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/doiLanding?doi=10.1037%2Fh0034436>. Acesso em: 15 nov. 2023.

GERGEN, K. J. The social constructionist movement in modern psychology. **American Psychologist**, v. 40, n. 3, p. 266-275, 1985. DOI: <https://doi.org/10.1037/0003-066X.40.3.266>. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/doiLanding?doi=10.1037%2F0003-066X.40.3.266>. Acesso em: 15 nov. 2023.

GILBERT, D. T. The burden of proof: a preponderance of the evidence. **Perspectives on Psychological Science**, v. 6, n. 2, p. 114-116, 2011.

HENRICH, J.; *et al.* The weirdest people in the world? **Behavioral and Brain Sciences**, v. 33, n. 2-3, p. 61-83, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1017/S0140525X0999152X>. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/behavioral-and-brain-sciences/article/abs/weirdest-people-in-the-world/BF84F7517D56AFF7B7EB58411A554C17>. Acesso em: 15 nov. 2023.

HIBBING, J. R.; *et al.* Differences in negativity bias underlie variations in political ideology. **Behavioral and Brain Sciences**, v. 37, n. 3, p. 297-307, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1017/S0140525X13001192>. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/behavioral-and-brain-sciences/article/differences-in-negativity-bias-underlie-variations-in-political-ideology/72A29464D2FD037B03F7485616929560>. Acesso em: 15 nov. 2023.

HOFSTEDE, G. **Culture's consequences: international differences in work-related values**. Beverly Hills: Sage, 1980.

INBAR, Y.; LAMMERS, J. Political diversity in social and personality psychology. **Perspectives on Psychological Science**, v. 7, n. 5, p. 496-503, 2012.

JUSSIM, L. *et al.* Political diversity in social and personality psychology. **Perspectives on Psychological Science**, v. 7, n. 5, p. 496-503, 2015.

LATANÉ, B.; WOLF, S. The social impact of majorities and minorities. **Psychological Review**, v. 88, n. 5, p. 438-453, 1981. DOI: <https://doi.org/10.1037/0033-295X.88.5.438>. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/doiLanding?doi=10.1037%2F0033-295X.88.5.438>. Acesso em: 15 nov. 2023.

LATOUR, B.; WOOLGAR, S. **Laboratory life**: the construction of scientific facts. Princeton: Princeton University Press, 1979.

LEWIN, K. **Field theory in social science**: selected theoretical papers. New York, NY: Harper & Row, 1951.

LUKES, S. **Power: a radical view**. London: MacMillan, 1974.

MARCUS, G. E.; FISCHER, M. M. J. **Anthropology as cultural critique: an experimental moment in the human sciences**. Chicago: University of Chicago Press, 1986.

MARCUS, H. R.; KITAYAMA, S. Culture and the self: implications for cognition, emotion, and motivation. **Psychological Review**, v. 98, n. 2, p. 224-253, 1991. DOI: <https://doi.org/10.1037/0033-295X.98.2.224>. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/doiLanding?doi=10.1037%2F0033-295X.98.2.224>. Acesso em: 15 nov. 2023.

MARSHALL, P. A. Informed consent in international health research. **Journal of Empirical Research on Human Research Ethics**, v. 1, n. 1, p. 25-42, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1525/jer.2006.1.1.25>. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1525/jer.2006.1.1.25>. Acesso em: 15 nov. 2023.

MASLOW, A. H. A theory of human motivation. **Psychological Review**, v. 50, n. 4, p. 370-396, 1943. DOI : <https://doi.org/10.1037/h0054346>. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/doiLanding?doi=10.1037%2Fh0054346>. Acesso em: 15 nov. 2023.

MASTEN, A. S. Ordinary magic: resilience processes in development. **American Psychologist**, v. 56, n. 3, p. 227-238, 2001. DOI: <https://doi.org/10.1037/0003-066X.56.3.227>. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/doiLanding?doi=10.1037%2F0003-066X.56.3.227>. Acesso em: 15 nov. 2023.

MATSUMOTO, D; JUANG, L. **Culture and psychology**. 5. ed. Wadsworth: Cengage Learning, 2012.

MILGRAM, S. Behavioral study of obedience. **Journal of Abnormal and Social Psychology**, v. 67, n. 4, p. 371-378, 1963. DOI: <https://doi.org/10.1037/h0040525>. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/doiLanding?doi=10.1037%2Fh0040525>. Acesso em: 15 nov. 2023.

MILLER, A. G. Role of physical danger in the victim's response to an emergency. **Journal of Personality and Social Psychology**, v. 41, n. 2, p. 375, 1981a.

MILLER, A. G. **The obedience experiments**: a casebook. New York: Praeger, 1981b.

MISHLER, E. G. Meaning in context: is there any other kind?. **Harvard Educational Review**, v. 49, n. 1, p. 1-19, 1979. DOI: <https://doi.org/10.17763/haer.49.1.b748n4133677245p>. Disponível em: <https://meridian.allenpress.com/her/article-abstract/49/1/1/31075/Meaning-in-Context-Is-There-Any-Other-Kind?redirectedFrom=fulltext>. Acesso em: 15 nov. 2023.

MORENO, M. A.; *et al.* Ethics of social media research: Common concerns and practical considerations. **Cyberpsychology, Behavior and Social Networking**, v.16, n.9, p.708-713, 2013.

NOSEK, B. A.; *et al.* Scientific utopia: II. restructuring incentives and practices to promote truth over publishability. **Perspectives on Psychological Science**, v. 7, n. 6, p. 615-631, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1177/1745691612459058>. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1745691612459058>. Acesso em: 15 nov. 2023.

OSTROM, E. **Governing the commons**: the evolution of institutions for collective action. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

PETTY, R. E.; CACIOPPO, J. T. **Communication and persuasion**: central and peripheral routes to attitude change. New York: Springer-Verlag, 1986.

REDDING, R. E. Sociopolitical diversity in psychology: the case for pluralism. **American Psychologist**, v. 56, n. 3, p. 205-215, 2001. DOI: <https://doi.org/10.1037/0003-066X.56.3.205>. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/doiLanding?doi=10.1037%2F0003-066X.56.3.205>. Acesso em: 15 nov. 2023.

REICHARDT, C. S.; COOK, T. D. Beyond qualitative versus quantitative methods. *In*: COOK, T. D.; REICHARDT, C. S. (eds.). **Qualitative and quantitative methods in evaluation research**. Beverly Hills, CA: Sage, 1979.

REIPS, U-D. Standards for internet-based experimenting. **Experimental Psychology**, v. 49, n. 4, p. 243-256, 2002. DOI: <https://doi.org/10.1026//1618-3169.49.4.243>. Disponível em: <https://econtent.hogrefe.com/doi/10.1026//1618-3169.49.4.243>. Acesso em: 15 nov. 2023.

ROSENGREN, K. E. Communication research: one paradigm or four? **Journal of Communication**, v. 30, n. 3, p. 6-18, 1980. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1460-2466.1983.tb02420.x>. Disponível em: <https://academic.oup.com/joc/article-abstract/33/3/185/4282905?redirectedFrom=fulltext>. Acesso em: 15 nov. 2023.

SEARS, D. O. College sophomores in the laboratory: influences of a narrow data base on social psychology's view of human nature. **Journal of Personality and Social Psychology**, v. 51, n. 3, p. 515-530, 1986. DOI: 10.1037/0022-

3514.51.3.515. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/record/1987-01045-001>. Acesso em: 15 nov. 2023.

SEN, A. **Development as freedom**. New York: Anchor Books, 1999.

TAJFEL, H.; TURNER, J. C. An integrative theory of intergroup conflict. *In*: AUSTIN, W. G.; WORCHEL, S. (eds.). **The social psychology of intergroup relations**. Monterey: Brooks/Cole, 1979.

TRIANDIS, H. C. **Culture and social behavior**. New York: McGraw-Hill, 1994.

TURNER, J. C. **Social influence**. Milton Keynes: Open University Press, 1991.

VERONESE, O.; BOHNENBERGER, G. W. Identidade e diversidade na (des) construção cultural de gênero. **Argumenta Journal**, v. 30, p. 1-15, 2019.

ZHANG, Q. Self-efficacy and intercultural adaptation of Chinese students at U.S. universities. **International and Intercultural Communication Annual**, v. 27, p. 103-120, 2004.